

PREGÃO ELETRÔNICO

0003/2026

CONTRATANTE (UASG)

542302

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva, preditiva, emergencial e assistência técnica, com fornecimento de peças, componentes e combustível, para grupos motogeradores e nobreaks

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 582.028,20 (quinhentos e oitenta e dois mil, vinte e oito reais e vinte centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/03/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2026**

(Processo Administrativo nº 140.00729467/2025-14)

Torna-se público que o(a) Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, por meio do(a) Diretoria de Administração e Logística, sediado(a) Rua João Bricola, nº 32, São Paulo, SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, incluindo o fornecimento de componentes, peças e combustível, visando à conservação e operação dos grupos motogeradores e nobreaks, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para todos os itens a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.5.2. *Considerando o valor estimado dos itens, objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se

verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, mensal e total estimado do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. **Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da [Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *R\$5.000,00 (cinco mil reais)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. |

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de *2 (duas) horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.* |

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta. |

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto. |

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados [no Anexo I] deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.* |

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de

capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *sistema eletrônico* https://portal.sei.sp.gov.br/sei/usuario_externo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguintes e-mails: licitação.compras@detran.sp.gov.br com cópia para cintia.inacio@detran.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no sítio eletrônico na Internet www.detran.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro*

Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condições para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação dos documentos que devam ser exibidos pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposições ou declarações específicas que estejam previstas neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.detran.sp.gov.br
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*
- 14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*
- 14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*
- 14.15.3. *ANEXO III – Modelo referente a planilha de proposta;*
- 14.15.4. *ANEXO IV – Modelos de Declarações;*
- 14.15.5. *ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;*
- 14.15.6. *ANEXO VI – Avaliação de Execução de Serviços;*

....., de de 20.....

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

|

ANEXO I

|

TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	532401-ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	FLAVIO HENRIQUE HOLZ	18/02/2026 15:15 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		140.00729467/2025-14

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Vide anexo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Vide anexo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Vide anexo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Vide anexo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Vide anexo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Vide anexo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Vide anexo.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Vide anexo.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Vide anexo.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Vide anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Vide anexo.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Vide anexo.

13. ANEXO I

Vide anexo.

14. ANEXO II

Vide anexo.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

ALEX DA SILVA BISPO

Coordenador



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 19:42:23.

HELDER MENEZES KOBAYASHI

Chefe de Divisão



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 15:15:59.

FLAVIO HENRIQUE HOLZ

Assistente Técnico III



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 18:22:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR_GMG_NB_2026_02_12.pdf (978.02 KB)

TERMO DE REFERÊNCIA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DETRÂNSITO – DETRAN-SP

(Processo Administrativo nº140.00729467/2025-14)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, incluindo o fornecimento de componentes, peças e combustível, visando à conservação e operação dos grupos motogeradores e nobreaks, pertencentes ao Detran-SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (mensal)	VALOR TOTAL (15 meses)
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e componentes, para 3 (três) grupos motogeradores localizados na Sede do Detran-SP.	2356	Mês	15	R\$ 15.855,78	R\$ 237.836,70
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 2 (dois) nobreaks localizados na Sede do Detran-SP.	2658	Mês	15	R\$ 14.358,31	R\$ 215.374,60
3	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 1 (um) nobreak localizado na Superintendência em	2658	Mês	15	R\$ 7.179,15	R\$ 107.687,30

	São Paulo.					
4	Fornecimento de óleo diesel tipo S500.	77915	124 litros/mês	15	R\$ 1.408,64	R\$ 21.129,60

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 meses contados do(a) início da prestação dos serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando as atribuições desta Coordenadoria de Infraestrutura, conforme Portaria Normativa Detran-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, especialmente no artigo 72, e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais na sede do Detran-SP, justifica-se a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, fluidos, baterias e suporte emergencial, em grupos motogeradores e nobreaks. Tais sistemas são indispensáveis à operação de equipamentos críticos, sendo a contratação essencial para assegurar confiabilidade, eficiência e disponibilidade energética, em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

2.2. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 15519361000116-0-000005/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 20/01/2025
- III) Id do item no PCA: 39/2025
- IV) Classe/Grupo: Serviços de engenharia
- V) Identificador da Futura Contratação: 532403-58/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Segue a relação dos grupos motogeradores e nobreaks, com as características listadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	1 (um) grupo motogerador marca STEMAC (0450234808). Gerador Cramaco G2R, motor Scania Modelo DC 1260A, potência 450 KVA tensão de entrada 220V controlador ST 2140 capacidade do tanque de combustível 250 litros (externo do equipamento)	Edifício Boa Vista
2	1 (um) grupo motogerador marca STEMAC (0450234908). Gerador Cramaco G2R, motor Scania Modelo DC 1260A potência 450 KVA tensão de entrada 220V controlador ST 2140 capacidade do tanque de combustível 250 litros (externo do equipamento)	Edifício João Brícola
3	1(um) grupo motogerador marca STEMAC (0081234708). Gerador Cramaco G2R, motor MWM Modelo: D229/6 potência 80 KVA tensão de entrada 220 V controlador ST 2130 capacidade do tanque de combustível 120 litros (externo do equipamento)	Edifício João Brícola
4	1(um) nobreak marca CM Comandos Lineares, modelo Conception S1 100000, potência 100kVA, série 57725 + banco de baterias	Edifício João Brícola
5	1(um) nobreak marca CM Comandos Lineares, modelo Conception S1 100000, potência 100kVA, série 57726 + banco de baterias	Edifício Boa Vista
6	1(um) nobreak Sinus Double II uSS10000Ti 115 16bt DSP + banco de baterias	Edifício Cidade IV

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**Sustentabilidade**

4.1. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, promovendo o uso racional de recursos e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2.1. Os materiais e peças aplicados devem ser, sempre que possível, compostos por materiais recicláveis, reutilizáveis, biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental, livres de substâncias tóxicas e perigosas acima dos limites recomendados por normas técnicas reconhecidas.

4.2.2. As embalagens utilizadas devem ser reduzidas ao mínimo necessário, priorizando materiais reciclados ou reutilizáveis, sem comprometer o transporte seguro.

4.2.3. Os óleos lubrificantes, combustíveis e demais resíduos gerados durante a manutenção deverão ser recolhidos e descartados conforme as normas ambientais vigentes, com apresentação de Plano de Descarte ou Reciclagem no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início dos serviços.

4.2.4. Agentes de limpeza devem ser regularizados junto à ANVISA e utilizados de forma a evitar impactos à saúde ou ao meio ambiente.

4.2.5. A Contratada deverá efetuar, quando aplicável, o controle e o transporte adequado de resíduos, conforme exigido pela legislação.

4.2.6. Sempre que viável, deverão ser promovidas ações educativas ou de orientação sobre práticas sustentáveis no ambiente de trabalho

Da emissão de gases poluentes

4.3. A Contratada deverá garantir que os grupos motogeradores operem em conformidade com as exigências ambientais relativas à emissão de poluentes atmosféricos, conforme disposto no Decreto Municipal nº 52.209/2011, regulamentador da Lei nº 11.228/1992.

4.4. Caso seja necessária a adaptação dos equipamentos com filtros, catalisadores ou outros dispositivos para controle de emissões, todos os materiais, componentes e a mão de obra deverão estar incluídos no valor mensal do contrato, sem ônus adicional para a Contratante.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Os produtos e insumos utilizados deverão atender aos critérios de sustentabilidade e segurança ambiental, com preferência por marcas que possuam certificações reconhecidas. Será vedado o uso de materiais que contenham substâncias proibidas ou que estejam em desconformidade com normas ambientais. A Contratada deverá apresentar lista detalhada dos itens empregados, com suas respectivas especificações técnicas e ambientais.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.7.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.8. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. A proponente deverá apresentar “Atestado de Visita Técnica”, conforme modelo constante nos anexos do Edital.

4.10. A Coordenadoria de Infraestrutura sugere que a empresa interessada realize a visita técnica, devido à alta complexidade do sistema.

4.11. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação. Permite aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente. Não cabe ao Detran-SP nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

4.12. Poderão ser feitas quantas visitas técnicas que cada interessado considerar necessário.

4.13. Cada visita técnica deverá ser previamente agendada junto à Coordenadoria de Infraestrutura, por meio dos telefones (11) 2650-4084, (11) 2650-4815, (11) 2650-4777 ou (11) 2650-4352, ou ainda pelo e-mail obras.instalacoes@detran.sp.gov.br. As visitas poderão ser realizadas até o dia anterior à sessão pública, no horário das 9h às 17h, em dias úteis.

4.14. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

4.16. As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local deverão ser previamente informados e autorizados pelo Detran-SP.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4.19. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 10 dias, contados da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Manutenção Preventiva

- 5.1.2.1.1. Entende-se por manutenção preventiva aquela que irá ocorrer com a devida programação, prevendo sua atuação nos equipamentos, preventivamente, antes de ocorrer sua quebra ou defeito. Deve ser de acordo com as normas e especificações dos fabricantes e deverão ser feitas em conformidade com o Plano de Manutenção. A Manutenção Técnica Preventiva será efetuada de acordo com recomendação do fabricante, sem ônus para a Contratante, em data e horário previamente estabelecidos, em comum acordo 01 (uma) vez por mês, em dias úteis, das 8:00 às 17:00 horas, obedecendo as descrições do Plano de Manutenção.
- 5.1.2.1.2. A manutenção preventiva compreende um serviço planejado destinado à conservação dos equipamentos em condições de operação, na qual se incluem testes, limpeza, lubrificação, ajustes, bem como a substituição das peças gastas pelo uso, inajustáveis ou que estejam com o limite de uso recomendado em vias de expirar.
- 5.1.2.1.3. Todos os insumos e componentes sujeitos a desgaste ou deterioração periódica, tais como baterias de partida, banco de baterias dos nobreaks, óleos lubrificantes, líquidos de arrefecimento, filtros, correias, entre outros, deverão ser substituídos dentro dos prazos recomendados pelos fabricantes ou conforme o Plano de Manutenção Preventiva elaborado e assinado por responsável técnico da contratada, sem ônus para a Contratante.
- 5.1.2.1.4. Em cada equipamento em que for realizada a manutenção preventiva, a Contratada deverá relatar na Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva os serviços realizados bem como a relação de peças e insumos utilizados. O correto preenchimento da Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva pela Contratada permitirá que este documento seja considerado Relatório de Manutenção Preventiva.

5.1.2.2. Manutenção Corretiva

- 5.1.2.2.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela que será executada quando da quebra ou funcionamento irregular dos grupos motogeradores e nobreaks, bem como de seus respectivos componentes, visando à retomada plena da operação.
- 5.1.2.2.2. Esta constatação de quebra ou funcionamento irregular pode ser originária na Manutenção Preventiva, por observação da Contratada ou por constatação do Detran-SP. Quando verificada a quebra ou irregularidade de funcionamento, deve a Contratada solucionar a ocorrência.
- 5.1.2.2.3. A constatação de falha pode ocorrer durante a execução da manutenção preventiva, por observação da equipe da Contratada, por meio de sistema de diagnóstico, ou ainda por comunicação formal do Detran-SP.
- 5.1.2.2.4. Identificada a anomalia, a Contratada deverá solucionar o problema de forma célere e eficaz, utilizando-se de critérios técnicos e do ferramental adequado, sem ônus adicional para a Contratante, incluindo todas as peças, componentes e insumos necessários, cujos custos deverão estar já contemplados no valor mensal do contrato. Isso inclui, quando necessário, serviços de retífica parcial ou total dos motores dos grupos motogeradores, bem como quaisquer intervenções mecânicas essenciais para a plena recuperação do equipamento.
- 5.1.2.2.5. A Contratada deverá, sempre que aplicável, utilizar sistemas de diagnóstico homologados pelo fabricante dos equipamentos, a fim de agilizar a identificação e correção das falhas.

- 5.1.2.2.6. Os serviços de manutenções corretivas serão solicitados pelo Detran-SP sempre que houver paradas ou anomalias imprevistas dos equipamentos durante a cobertura contratual. Estes serviços serão solicitados à Contratada por telefone e confirmados por escrito através de e-mail.
 - 5.1.2.2.7. Os reparos em equipamentos que, por motivos técnicos, não puderem ser executados nos locais de uso, serão realizados pela Contratada em local apropriado, mediante prévia aprovação do Gestor do Contrato. A Contratada ficará inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, conserto e reinstalação, sem qualquer ônus para o Detran-SP.
 - 5.1.2.2.8. A manutenção corretiva deverá ocorrer, preferencialmente, no horário comercial (das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira). Contudo, sempre que necessário, os atendimentos poderão ser solicitados a qualquer dia e hora (24h/dia, inclusive finais de semana e feriados). Nesses casos, o agendamento deverá ser feito previamente, com envio dos dados dos técnicos designados (nome completo e RG) ao Gestor do Contrato.
 - 5.1.2.2.9. Durante o atendimento corretivo, a Contratada deverá reparar ou substituir componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, utilizando peças novas, originais do fabricante dos grupos motogeradores e nobreaks, ou similares de desempenho equivalente, desde que devidamente justificadas por meio de Termo de Responsabilidade Técnica emitido por profissional habilitado.
 - 5.1.2.2.10. Se necessário que a manutenção seja efetuada em fins de semana e/ou feriados, a Contratada deverá agendar previamente com o gestor do Contrato, informando o nome e RG do(s) técnico(s) devidamente credenciado.
 - 5.1.2.2.11. Deverá ser emitido relatório de Manutenção Corretiva pela Contratada constando, minimamente, data, identificação da parte do sistema que recebeu a manutenção, problemas técnicos constatados, soluções aplicadas e quaisquer outras informações que a Contratante julgue necessário.
 - 5.1.2.2.12. Emitir e encaminhar mensalmente ao gestor do contrato relatório de substituição de peças, contendo a relação completa dos itens substituídos, acompanhada das respectivas notas fiscais. O registro das substituições deverá ser arquivado pela Contratada e mantido à disposição da Contratante para eventuais consultas.
- 5.1.2.3. Manutenção Preditiva**
- 5.1.2.3.1. Entende-se por manutenção preditiva o conjunto de ações baseadas em monitoramento contínuo ou periódico das condições operacionais dos grupos motogeradores e nobreaks, por meio de técnicas avançadas que permitem identificar, com antecedência, sinais de desgaste, falhas iminentes ou degradação de desempenho dos componentes.
 - 5.1.2.3.2. Dentre as ferramentas aplicáveis à manutenção preditiva, destacam-se, sem a elas se limitarem, a análise de vibração em motores e conjuntos rotativos; a termografia para detecção de aquecimento anormal em conexões, disjuntores, painéis e baterias; a análise de ruídos, tensão e corrente; a inspeção visual qualificada, com eventual uso de endoscopia técnica; e a medição de impedância e autonomia das baterias dos nobreaks e grupos motogeradores.
 - 5.1.2.3.3. Essa prática tem como finalidade maximizar a vida útil dos equipamentos e de seus componentes, possibilitando a antecipação de intervenções antes da ocorrência de falhas, a redução de desmontagens desnecessárias, o aumento da confiabilidade e da disponibilidade dos sistemas, a diminuição de paradas não programadas e dos custos com manutenção corretiva, além de favorecer um planejamento técnico mais eficiente para substituições futuras.

- 5.1.2.3.4. A Contratada deverá fornecer relatórios trimestrais com as análises de manutenção preditiva, contendo detalhes de todas as medições realizadas, anomalias detectadas e ações preventivas tomadas.

5.1.2.4. Atendimento Emergencial

- 5.1.2.4.1. Na ocorrência de falhas que comprometam a operação dos nobreaks e grupos motogeradores, especialmente em situações que afetem a segurança dos usuários ou possam causar danos maiores aos equipamentos e sistemas associados, o Detran-SP solicitará o comparecimento emergencial da Contratada ao local para a correção das falhas. A Contratada deverá atender a essas solicitações em até 4 (quatro) horas.
- 5.1.2.4.2. A Contratada deverá registrar todas as ocorrências de atendimento emergencial de maneira formal e detalhada, utilizando para isso um sistema eletrônico ou manual, conforme acordado com a Contratante. Cada registro de emergência deverá conter as seguintes informações mínimas:
- Data e Hora da Solicitação: Momento exato em que o chamado de emergência foi efetuado pela Contratante, via telefone, e-mail ou sistema acordado.
 - Data e Hora da Chegada ao Local: Momento em que o técnico da Contratada chega ao local para iniciar o atendimento da emergência.
 - Descrição do Problema: Relato detalhado da falha ou emergência, incluindo a identificação do equipamento afetado e a natureza do problema.
 - Medidas Adotadas: Descrição das ações tomadas para a resolução do problema, incluindo substituição de peças, ajustes realizados ou diagnósticos feitos.
 - Data e Hora da Finalização do Atendimento: Momento em que o serviço foi finalizado e o equipamento voltou a operar em condições normais.

5.1.2.5. Assistência Técnica

- 5.1.2.5.1. Entende-se por Assistência Técnica o suporte técnico que a Contratada dará na forma de operar e testar os equipamentos (com ou sem carga), nas alterações técnicas, nas readaptações da forma de realizar a manutenção.

5.1.2.6. Do escopo de Atividades Específicas (Sem a elas se limitar)

- 5.1.2.6.1. Manutenção dos displays: Testar todos os displays e botoeiras, verificando o acionamento mecânico e a resposta dos circuitos eletrônicos de controle. Substituir itens desgastados ou ilegíveis e verificar a iluminação das botoeiras e displays.
- 5.1.2.6.2. Fornecimento e Substituição de Chaves e Fechaduras: A Contratada deverá fornecer um conjunto completo de chaves para acesso às salas dos grupos motogeradores e nobreaks e substituir quaisquer fechaduras quebradas ou com mau funcionamento. Essas ações devem ser realizadas dentro de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato. Em caso de perda de chaves, a Contratada deve substituir imediatamente as chaves e, se necessário, trocar as fechaduras, sem ônus para o Detran-SP.
- 5.1.2.6.3. Adequação dos grupos motogeradores aos limites de emissão de poluentes fixados por regulamentação estabelecida por órgão ambiental competente e Decreto Nº 60.233, de 11 de maio de 2021.
- 5.1.2.6.4. Revisão e substituição, se necessário, das tubulações de exaustão dos grupos motogeradores.

5.1.2.7. Plano de Manutenção

- 5.1.2.7.1. No prazo de 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, a Contratada deverá desenvolver e apresentar ao Detran-SP o Plano de Manutenção para aprovação. Após aprovado, o plano deverá ser implementado imediatamente.
- 5.1.2.7.2. O Plano de Manutenção deverá ser elaborado pelo responsável técnico da Contratada, de acordo com as normas técnicas vigentes, entre outras regulamentações aplicáveis. Esse plano deve detalhar todas as atividades de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, respeitando as periodicidades recomendadas para cada componente dos equipamentos, bem como as instruções dos fabricantes.
- 5.1.2.7.3. O Plano de Manutenção deverá ser acompanhado durante a execução do contrato pelo responsável designado pelo Detran-SP, servindo como guia e apoio na fiscalização e acompanhamento dos serviços executados mensalmente pela Contratada, além de garantir que todas as atividades previstas sejam efetivamente realizadas.
- 5.1.2.7.4. O Plano de Manutenção deverá contemplar, minimamente, as seguintes atividades:

NOBREAK:

Sistema	Atividades	Periodicidade
Geral	Limpeza dos UPS e todos os componentes associados	Mensal
	Limpeza das baterias e bornes internos do equipamento	Mensal
	Proceder a um ajuste geral dos parafusos e conexões elétricas	Mensal
	Proceder à leitura do painel de comando e Inspeção visual completa do sistema	Mensal
	Verificação e teste das lâmpadas de sinalização	Mensal
	Verificação das condições mecânicas de todo o sistema	Mensal
	Verificação elétrica e física das conexões de interligação com o banco de baterias	Mensal
	Verificação do estado dos ventiladores e exaustores	Mensal
	Verificação de fusíveis e disjuntores	Mensal
	Verificação da saída do nobreak e distribuição de carga por fase	Mensal
	Teste funcional completo de todos os módulos do nobreak como retificador, inversor, chave estática, by-pass manual	Mensal
	Teste funcional de dispositivos de indicação e monitoramento do nobreak	Mensal
	Teste de falta de rede no sistema	Mensal
	Medição de tensões e correntes na entrada	Mensal
	Medição de tensões e correntes na saída	Mensal
	Medição da corrente de neutro	Mensal
	Medição das tensões da rede reserva	Mensal
	Medição da tensão DC das baterias internas	Mensal
	Avaliação prévia das placas eletrônicas e peças eletromecânicas, verificando possíveis falhas	Mensal
	Simulação de falta de energia no retificador	Mensal
	Simulação de falta de energia na rede reserva	Mensal
	Simulação de falta de energia da concessionária	Mensal
	Execução de testes de transferências inversor de rede reversa e vice-versa	Semestral

	Medição da autonomia em descarga	Semestral
	Calibração geral	Semestral
	Análise termográfica das partes internas do equipamento	Semestral
	Análise energética da entrada e saída do sistema com dados obtidos na execução dos procedimentos acima	Semestral
	Medição de potências	Semestral
	Teste de funcionamento de todas as suas proteções	Anual
Banco de Baterias	Verificar conexão dos cabos da bateria e fazer reaperto de bornes	Mensal
	Medição da tensão DC de cada bateria	Mensal
	Medição da tensão de flutuação de cada componente da bateria de acumuladores	Mensal
	Manutenção preventiva completa da bateria com reaperto e limpeza verificando vestígios de vazamentos	Mensal
	Verificar o sistema de carga	Mensal
	Verificar o funcionamento do retificador de baterias	Mensal
	Limpar e aplicar vaselina nos terminais da bateria	Mensal
	Registrar a mínima tensão da bateria na partida do Nobreak	Mensal
	Registrar tensão do carregador de baterias	Mensal
	Substituição de todos os elementos, considerando a vida útil prevista pelo manual do fabricante, quando ocorrer queda de desempenho identificada por medições técnicas, desgaste ou falha. (Considerar substituição imediata no início do contrato).	Anual
Registro de Alarmes/ Eventos do Módulo	Registrar os últimos 5 alarmes	Mensal
	Limpar e organizar a sala	Mensal

GRUPOS MOTOGERADORES

Sistema	Atividades	Periodicidade
Arrefecimento	Verificar e corrigir o nível do líquido de arrefecimento	Mensal
	Verificar vestígios de vazamentos	Mensal
	Verificar a colmeia do radiador (obstrução e vazamentos)	Mensal
	Verificar o ventilador (trincas, rebites, cubo, pás soltas)	Mensal
	Verificar estado e tensão das correias	Mensal
	Verificar integridade da ventoinha do radiador	Mensal
	Verificar/limpar filtro de ar	Mensal
	Verificar/limpar pré-filtro de ar	Mensal
	Verificar/limpar gamela de retenção de pó	Mensal
	Verificar no filtro de ar: tubos, mangueiras, abraçadeiras e limpar elemento do filtro	Mensal
	Verificar mangueiras e abraçadeiras do sistema	Mensal
	Verificar vazamentos na bomba d'água	Mensal
	Verificar aquecimento no bloco do motor	Mensal
	Registrar a temperatura do líquido de arrefecimento	Mensal
	Controlar e regular a necessidade da troca d'água e anticorrosivo	Mensal
	Troca do filtro de ar (primário e secundário)	Semestral
	Troca do filtro de água	Semestral

	Substituir o líquido de arrefecimento e aditivo. Caso seja utilizado só água, a substituição deverá ser feita a cada três meses	Semestral
	Substituir mangueiras	Anual
	Inspecionar cubo do ventilador	Anual
	Inspecionar bomba d'água	Anual
	Limpar e escovar o sistema de arrefecimento	Anual
	Limpar o radiador externamente	Anual
Lubrificação	Verificar e corrigir o nível do óleo lubrificante	Mensal
	Verificar as mangueiras e abraçadeiras do sistema	Mensal
	Verificar vestígios de vazamento de óleo lubrificante	Mensal
	Verificar e corrigir nível do óleo do cárter	Mensal
	Verificar pressão do óleo lubrificante	Mensal
	Realizar limpeza do respiro do cárter	Mensal
	Verificar o nível de óleo do regulador hidráulico	Semestral
	Troca do óleo lubrificante	Semestral
	Troca do filtro de óleo lubrificante	Semestral
	Examinar as porcas de fixação do turbo compressor	Anual
	Substituir mangueiras	Anual
Combustível	Verificar e testar indicador de restrição do filtro de ar	Mensal
	Verificar e limpar filtro de ar (se necessário indicar substituição)	Mensal
	Verificar a limpeza da tubulação pós filtro anterior a turbina	Mensal
	Verificar vazamentos no sistema de admissão	Mensal
	Verificar folga dos turbos compressores	Mensal
	Verificar vazamentos externos, fixação e conservação da turbina	Mensal
	Verificar a pressão da bomba de combustível	Mensal
	Verificar e reapertar tubos e conexões	Semestral
	Trocar filtro Racor	Semestral
	Trocar filtro de diesel	Semestral
	Trocar o elemento do filtro de diesel	Semestral
	Trocar o filtro separador de água no combustível	Semestral
	Drenar água ou sedimentos do tanque e filtros de combustível	Semestral
	Substituir mangueiras	Anual
Alternador/ Comandos do Motor	Verificar/substituir escovas do regulador de tensão do alternador	Semestral
	Lubrificar rolamentos	Semestral
	Lubrificar articulações	Semestral
	Lubrificar ligações do sistema de aceleração e parada do motor	Semestral
	Registrar a corrente do flutuador em carga da Bateria	Semestral
	Substituir jogo de correias	Anual
Automação (sensores e periféricos)	Verificar o circuito e funcionamento do pré-aquecimento	Mensal
	Verificar as conexões elétricas do motor	Mensal
	Simular atuação do sensor de pressão	Trimestral
	Simular atuação do sensor de temperatura	Trimestral
	Simular atuação do sensor de sobre velocidade	Trimestral
	Simular atuação do sensor de nível d'água	Trimestral
	Registrar sinal do sensor pick-up	Trimestral
	Realizar limpeza do pick up magnético	Anual
	Teste da isolação do enrolamento de campo (alternador) com tensão	Anual
Geral	Verificar os amortecedores de vibrações	Mensal
	Verificar obstrução de passagens de ar internas e externas (sala)	Mensal
	Verificar segmento elástico e condições do escapamento	Mensal
	Verificar limpeza geral da sala e realizar limpeza do GMG	Mensal

	Verificar emissão excessiva de fumaça do GMG	Mensal
	Verificar chave de partida e contatos elétricos	Mensal
	Verificar folga em porcas e parafusos de todo sistema mecânico	Mensal
	Verificar tensão das correias	Mensal
	Avaliar ruídos anormais do motor / gerador	Mensal
	Realizar testes nos equipamentos, funcionando manual ou automaticamente, preferencialmente com carga, comprovando assim o bom funcionamento do mesmo	Mensal
	Realizar ajuste do termostato regulável	Mensal
	Realizar as medições de corrente de consumo da resistência	Mensal
	Examinar possíveis chamuscamentos nos contatos auxiliares dos relés, assim como nos disjuntores do circuito de força, trocando-os quando a superfície de contato não apresentar mais condições de trabalho	Mensal
	Examinar os conectores de interligação interna e externa, observando qualquer mau contato que tenha surgido	Mensal
	Retirar a poeira acumulada na parte interna do quadro, usando preferencialmente aspirador de pó com ponteira plástica e um pequeno pincel isento de óleos, tintas, graxas, etc.	Mensal
	Reaperto de parafusos de fixação em geral	Anual
Bateria	Verificar conexão dos cabos da bateria e fazer reaperto de bornes	Mensal
	Verificar o sistema de carga	Mensal
	Verificar o funcionamento do retificador de baterias	Mensal
	Limpar e aplicar vaselina nos terminais da bateria	Mensal
	Registrar a mínima tensão da bateria na partida do motor	Mensal
	Registrar a tensão do alternador de baterias	Mensal
	Registrar tensão do carregador de baterias	Mensal
	Trocar todas as baterias do grupo motogerador e quadros. Observação: Caso a bateria fornecida seja selada e com garantia de 18 meses ou mais, a mesma poderá ser substituída 1 mês antes do término da garantia	Anual
Registro de Alarmes/ Eventos do módulo	Registrar os últimos 5 alarmes	Mensal
Gerador	Verificar as conexões elétricas do gerador	Mensal
	Verificar motor de partida	Mensal
	Verificar conexões elétricas do motor de partida	Mensal
	Registrar a tensão das fases AN, BN, CN, AB, BC, CA do gerador	Mensal
	Registrar a frequência da tensão gerada	Mensal
	Simular eletricamente atuação do termostato de desligamento por alta temperatura do líquido de arrefecimento	Mensal
	Simular eletricamente a atuação do pressostato de desligamento por baixa pressão o óleo lubrificante	Mensal
	Registrar temperatura dos cabos de potência nos QTAs	Trimestral
	Verificar reaperto dos cabos de força na bazeta	Trimestral
	Verificar partes internas do gerador / diodos / placa de diodos	Trimestral
	Registrar a corrente do gerador	Semestral
Quadro de Força e Controle (QTA)	Verificar os instrumentos de medição do quadro	Mensal
	Verificar as conexões dos bornes, relés e contatores	Mensal
	Verificar lâmpadas de sinalização	Mensal
	Verificar chaves seletoras	Mensal
	Verificar disjuntores/contatores do QTA	Mensal

	Fazer inspeção com câmeras térmicas dos disjuntores e contadores	Semestral
	Lubrificação das dobradiças	Anual
	Lubrificação das articulações dos contadores	Anual
	Reaperto das conexões elétricas	Anual
	Ajuste zero dos medidores	Anual
	Limpeza geral do quadro	Anual
Painel de Instrumento do Gerador	Partida manual na chave do motor – realizar teste sem carga	Mensal
	Realizar limpeza interna do quadro, com aspirador de pó	Mensal
	Refazer isolações defeituosas	Mensal
	Realizar reaperto em todas as conexões elétricas	Mensal
	Realizar balanceamento das cargas	Mensal
	Verificar continuidade e realizar medição do aterramento	Mensal
Reservatório de Combustível (diesel) Externo e Interno	Manter todos os tanques de combustível limpos	Mensal
	Realizar avaliação visual, efetuando a limpeza caso comprovada a existência de contaminantes de quaisquer níveis	Mensal
	Aplicar otimizadores/estabilizadores de combustível (Diesel), nos reservatórios externos e internos dos geradores	Semestral
Situação Final do Equipamento	Verificar finalização dos trabalhos	Mensal
	Selecionar modo automático	Mensal
	Limpar e organizar a sala	Mensal

5.1.2.7.5. O Plano de Manutenção deverá ser atualizado conforme necessário, de acordo com mudanças nas regulamentações ou com as necessidades específicas dos equipamentos e instalações.

5.1.2.7.6. Os serviços relacionados no Roteiro Básico são referenciais e sugestivos pelo Contratante, devendo obrigatoriamente ser executados. No entanto, o plano de manutenção a ser seguido deverá ser definido pelo responsável técnico da Contratada, incluindo outros trabalhos, verificações, testes etc., que se mostrem necessários para assegurar a perfeita operação e segurança dos equipamentos, sem prejuízo ao cumprimento do Roteiro Básico estabelecido.

5.1.2.8. Ordens de Serviço

5.1.2.8.1. Todos os serviços, sejam eles programados no Plano de Manutenção, de manutenção corretiva ou solicitados pelo Detran-SP, deverão ser registrados em Ordens de Serviços (OS) correspondentes.

5.1.2.8.2. As Ordens de Serviço deverão ser emitidas em duas vias de igual teor, ou de forma eletrônica, preenchidas pelo técnico na data da execução dos serviços, e deverão ser validadas e aceitas logo após a conclusão dos serviços pelo Gestor do Detran-SP, ficando uma das vias em seu poder.

5.1.2.9. Relatório Mensal dos Serviços Executados – RMSE

5.1.2.9.1. O Relatório Mensal dos Serviços Executados deverá ser entregue pela Contratada no até o terceiro dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços.

5.1.2.9.2. O Relatório Mensal dos Serviços Executados deverá relacionar as Ordens de Serviço aprovadas em todas as intervenções realizadas, a listagem de todas as peças e componentes defeituosos substituídos no período, e expor detalhadamente a situação em que sistema se encontra.

5.1.3. Qualificação da Equipe Técnica

5.1.3.1. Responsável e Supervisor Técnico

5.1.3.1.1. A Contratada deverá dispor de profissionais legalmente habilitados e com atribuições compatíveis com os serviços objeto do contrato, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, para atuarem como responsáveis técnicos nas áreas elétrica e mecânica, durante toda a vigência contratual.

5.1.3.1.2. A equipe técnica deverá incluir, obrigatoriamente, profissionais responsáveis pela execução direta dos serviços e um supervisor técnico, que deverá estar disponível para orientar, acompanhar e responder por questões de maior complexidade, segurança operacional ou eventuais adequações do sistema a normas técnicas e regulamentações atualizadas.

5.1.3.2. Profissionais de Manutenção Preventiva e Corretiva

5.1.3.2.1. Os profissionais designados para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão possuir formação compatível com as atividades a serem desempenhadas, além de estarem devidamente registrados nos conselhos de classe correspondentes, em conformidade com a legislação federal vigente, normas técnicas específicas e eventuais regulamentações municipais aplicáveis.

5.1.3.2.2. Os técnicos que integrarão a equipe de manutenção deverão possuir, no mínimo, formação de nível médio técnico nas áreas de eletromecânica, eletrotécnica ou mecânica, ou, alternativamente, ensino médio completo com curso de especialização em manutenção de grupos motogeradores e nobreaks, cursado em instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes.

5.1.3.2.3. É exigida experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na execução de serviços de manutenção em equipamentos de características semelhantes aos da Contratante, devendo essa comprovação se dar por meio de registros formais, como contratos anteriores, declarações de capacidade técnica ou documentos equivalentes.

5.1.4. Responsabilidade Legal e Técnica

5.1.4.1. A Contratada deverá cumprir todas as exigências municipais, estaduais e federais aplicáveis, para proteção dos usuários e funcionários do Detran-SP, dos funcionários da Contratada e do meio ambiente.

5.1.4.2. Responder por danos causados diretamente ao Contratante ou Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante.

5.1.4.3. A Contratada responderá e será responsável pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando na realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas, as medidas corretivas necessárias.

5.1.4.4. Não deverão ser empregados processos ou materiais que possam trazer riscos para a saúde dos ocupantes dos locais.

5.1.4.5. É responsabilidade da Contratada o uso pelos seus funcionários dos equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para a realização dos serviços.

5.1.4.6. Os funcionários da Contratada deverão ter conhecimentos básicos sobre prevenção e combate à incêndios.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

Detran-SP	Edifício Boa Vista (Sede):
-----------	----------------------------

	Rua Boa Vista, nº 209 – Centro, São Paulo/ SP
	Edifício João Brícola (Sede): Rua João Brícola, nº 32 – Centro, São Paulo/ SP
	Edifício Cidade IV (Superintendência em São Paulo): Rua Boa Vista, nº 170 – 10º andar – Centro, São Paulo/ SP

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Manutenção Preventiva/ Corretiva e Preditiva: Deverá ser realizada no período de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 18h.

5.3.2. Atendimento Emergencial: Deverá ser realizado de segunda-feira a sexta-feira e aos sábados, domingos e feriados, em período integral, para normalização inadiável do funcionamento dos equipamentos, devendo tal atendimento ser realizado no máximo em 4 (quatro) horas a partir da chamada efetuada pela Contratante. Os chamados serão ilimitados.

5.3.3. Comunicar ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando houver necessidade de trabalhos após o horário de expediente, em finais de semana e feriados, informando o nome completo e o RG dos funcionários que realizarão o serviço. Quando houver veículos envolvidos na realização do serviço, informar também a placa e o modelo do carro, assim como o nome completo e o RG do motorista.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Nos casos em que, segundo critérios técnicos, houver necessidade de substituição de peças, deverão ser utilizados componentes (peças, lubrificantes e quaisquer outros materiais) novos, originais e indicadas pelo fabricante ou similares que possuam a mesma eficiência, segurança e durabilidade. A Contratada, no caso de utilizar peças similares às originais ou indicada pelo fabricante do elevador, deverá comprovar a existência dessas características mediante apresentação de declaração específica de empresa ou entidades confiáveis;

5.4.2. Executar serviços indicados neste Termo de Referência e decorrentes, sem ônus para o Contratante, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes, quer nas substituições de equipamentos, componentes, peças, e quaisquer outros materiais ou equipamentos auxiliares que se fizerem necessários;

5.4.3. São classificadas como peças especiais aquelas que não estão disponíveis no mercado local, que necessitem de importação, ou que exijam fabricação específica. A justificativa para o prazo excedente de fornecimento dessas peças deverá ser documentada e estará sujeita à aprovação da Contratante;

5.4.4. A Administração condicionará a substituição de peças à verificação de sua procedência e exame de nota fiscal, bem como exigirá a troca dos componentes que não atenderem a tal requisito. Para tanto, a Contratada deverá submeter à aprovação do Gestor do Contrato;

5.4.5. Os componentes e/ou peças substituídos e/ou sucateados deverão ser descartados pela Contratada de forma adequada, conforme as normas ambientais vigentes, com a devida comprovação do descarte à Contratante, quando solicitado;

5.4.6. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer defeito cuja correção não possa ser realizada com os meios disponíveis, informando as limitações técnicas e as ações adotadas;

5.4.7. A Contratada fornecerá ao Gestor do Contrato, no início deste contrato e/ou a cada início de período de atividades a serem realizadas, uma planilha contendo a programação detalhada dos serviços de manutenção preventiva;

5.4.8. Por se tratar de contrato com características de manutenção integral, todos os custos com as substituições de peças, conjuntos, componentes, produtos de mão-de-obra ou reparos necessários (inclusive preexistentes à data de assinatura do contrato) correrão por conta da Contratada, sendo que constatada a necessidade de substituição, seja pela Contratada ou pelo Gestor do Contrato, deverá ser feita imediatamente, vedada terminantemente improvisações ou medidas protelatórias que possam comprometer a utilização dos equipamentos;

5.4.9. Não estão cobertas, as avarias decorrentes de uso indevido ou quebra proposital do equipamento, desde que devidamente comprovadas através de apuração por parte do Gestor do Contrato, através de procedimento administrativo próprio. Havendo comprovação de danos nos equipamentos na forma descrita, tais serviços serão objetos de contratação específica;

5.4.10. Por se tratar de um contrato de preço global, qualquer avaria deverá ser reparada sem ônus para a Contratante, exceto pelas causas decorrentes do subitem anterior;

5.4.11. Lista estimada, meramente para referência de peças/ componentes passíveis de defeito, sem a elas se limitar:

NOBREAK

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 15 MESES
1	Capacitor polipropileno 25µF x 450V c/pino fixação e Caneca Metálica ESC-SSC P2	Unidade	12
2	Trafo alim+sinal 1bobina Dominion bivolt 110/220V 1F1N (18 + 18) e 10V	Unidade	2
3	Capacitor eletrolítico 6800microF x 350V B43455	Unidade	28
4	Capacitor polipropileno 3.33kVAR x 220V - UCW3.3V25	Unidade	18
5	Capacitor eletrolítico 3300µF x 400WV GT 85°C (M)	Unidade	4
6	Bateria 115 A/h 12V - (Terminal M10)	Unidade	160
7	Placa Montada e Testada CM 1520C - TO247	Unidade	2
8	Módulo MITT 80EU CS1	Unidade	2
9	Módulo carregador de baterias CDN B 100 e 120 kVA	Unidade	2
10	Chaves rotativas de entrada, by-pass e saída	Unidade	6
11	Chave estática trifásica CS1 80 0kV	Unidade	2

12	Chave estática trifásica CS1 80 0kV	Unidade	2
13	Display painel digital frontal (DSP_VERUPSG2019)CONCEPTION S1 100000-	Unidade	2
14	Módulo UPGS, placa eletrônica de controle UPGS 2019 B CM 2803	Unidade	2
15	Placa da Chave estática - CM1141	Unidade	2
16	Placa de controle do retificador CM2843A	Unidade	2
17	Chave estática trifásica CS1 80 0kV	Unidade	2
18	Capacitor (diversos)	Unidade	20
19	Coolers/ ventoinhas	Unidade	20
20	IGBT	Unidade	4
21	Tiristor	Unidade	10
22	Resistor	Unidade	20
23	Diodo	Unidade	20
24	Relés e fusíveis	Unidade	30
25	Contatora (diversos)	Unidade	6
26	Disjuntor termomagnético	Unidade	6
27	Oscilador DSP	Unidade	2
28	Relé de INRUSH	Unidade	2
29	Display LCD/teclado	Unidade	6
30	Placa de retificação	Unidade	2
31	Placa inversora	Unidade	2
32	Placa controladora	Unidade	2
33	Placa de rede SNMP/HTTP	Unidade	2

34	Placa EMC	Unidade	2
35	Sensores térmicos	Unidade	4
36	Cabos de interligação	Unidade	10
37	Conectores e bornes	Unidade	20
38	Transformador isolador	Unidade	2
39	BATERIA SELADA 12V 17/18AH VRLA com Nob.Sin.Double II uSS10000Ti 115 16bt DSP Mod XXIII 192V 36Ah Sel Fech uSS3-20k uTF10-20k	Unidade	96

GRUPO MOTOGERADOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 15 MESES
1	Aditivo para diesel	Litro	20
2	Líquido de arrefecimento	Litro	320
3	Óleo lubrificante	Litro	140
4	Solução para baterias	Litro	12
5	Bateria	Unidade	10
6	Cabos de bateria	Unidade	12
7	Conectores	Unidade	24
8	Correias diversas	Unidade	6
9	Disjuntores diversos	Unidade	9
10	Amortecedores de vibração	Unidade	24
11	Escovas (alternador)	Unidade	12
12	Rolamentos diversos	Unidade	12
13	Filtro de ar	Unidade	12

14	Filtro separador de água (tipo racor)	Unidade	6
15	Filtro de combustível principal	Unidade	6
16	Filtro de óleo	Unidade	6
17	Relés e fusíveis	Unidade	20
18	Controlador	Unidade	3
19	Juntas de vedação (diversas)	Unidade	24
20	Mangueiras diversas	Unidade	24
21	Resistência de pré-aquecimento	Unidade	6
22	Válvula Termostática	Unidade	3
23	Válvula Solenoide	Unidade	6
24	Bomba d' água	Unidade	3
25	Turbocompressor	Unidade	2
26	Radiador	Unidade	3
27	Hélice do radiador	Unidade	3
28	Motor de partida (arranque)	Unidade	3
29	Sensor da pressão do óleo	Unidade	3
30	Sensor da temperatura e pressão do ar de admissão	Unidade	3
31	Sensor da temperatura do líquido de arrefecimento	Unidade	3
32	Termostato	Unidade	3
33	Módulo do regulador de tensão	Unidade	3
34	Sensor de rotação do motor	Unidade	3
35	Bobina auxiliar de excitação do alternador	Unidade	3

36	Painel de controle	Unidade	3
37	Bomba Injetora	Unidade	2
38	Módulo injeção eletrônica	Unidade	2
39	Bico Injetor	Unidade	18
40	Kit para reparo da bomba injetora	Unidade	2
41	Kit para retífica do motor MWM D229-6	Unidade	1
42	Kit para retífica do cabeçote MWM D229-6	Unidade	1
43	Kit para retífica de motor Scania DC 1260A	Unidade	2
44	Kit para retífica de cabeçote Scania DC 1260A	Unidade	2
45	Bomba alimentadora de combustível	Unidade	3
46	Linha de combustível	Metro	21

Os itens indicados na tabela acima são estimados e não implica a obrigatoriedade da utilização de todo o material;

5.4.12. Com a finalidade de garantir a celeridade da recuperação do equipamento em casos nos quais peças comuns são necessárias, a Contratada terá o prazo de 5 dias úteis após o diagnóstico para substituição da peça;

5.4.13. Com a finalidade de garantir a celeridade da recuperação do equipamento em casos nos quais peças especiais são necessárias, a Contratada terá o prazo de 30 dias úteis após o diagnóstico para substituição da peça. São consideradas peças especiais aquelas não encontradas no mercado local, passíveis de importação.

5.5. Do Fornecimento de Óleo Diesel (abastecimento):

5.5.1. Todos os meses durante as rotinas de manutenção preventiva, a Contratada deverá verificar o nível dos tanques de combustíveis de cada grupo moto gerador, reabastecendo-os com óleo diesel S500, quando necessário.

5.5.2. Quando ocorrer o fornecimento e abastecimento de combustível para funcionamento dos equipamentos a qualidade e procedência do combustível deverá ser do tipo S500 ou superior. Vale ressaltar que o transporte deste combustível, bem como o descarte também será de inteira responsabilidade da Contratada.

5.5.3. Estima-se a utilização de 1860 litros de óleo diesel ao longo da vigência do contrato (15 meses).

5.5.4. A cada necessidade de abastecimento de óleo diesel a área gestora emitirá ordem de fornecimento própria, a qual integrará a medição dos serviços do mês de fornecimento.

5.6. Controle e Manuseio de Combustível:

5.6.1. A Contratada deverá manter todos os tanques de combustível limpos e em condições adequadas de armazenamento. Sempre que constatada a presença de contaminantes ou impurezas, deverá ser realizada a limpeza completa do reservatório.

5.6.2. Deverá ser feita avaliação periódica do estado do óleo diesel, com aplicação de otimizadores/estabilizadores de combustível sempre que necessário. A concentração do produto deve ser corrigida a cada abastecimento, de forma proporcional ao volume adicionado.

5.6.3. O combustível deverá ser descartado ou revitalizado sempre que identificado como deteriorado, sendo vedado seu reaproveitamento para consumo direto. A simples adição de estabilizantes não torna o combustível apto ao uso caso já esteja comprometido. A revitalização, quando tecnicamente viável, deverá ser conduzida por empresa especializada e previamente aprovada pela Contratante.

5.6.4. Caso o consumo do diesel seja contínuo e represente, dentro de um período de seis (6) meses, pelo menos uma vez e meia (1,5x) o volume total do tanque, fica dispensada a obrigatoriedade de revitalização ou substituição, desde que não haja sinais de deterioração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. Acordo de Nível de Serviço

5.7.1.1. O Acordo de Nível de Serviço é uma disposição, pactuada entre o Detran-SP e a Contratada, que define critérios objetivos de mensuração de resultados, que possibilite verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos. Este Acordo de Nível de Serviço, assim como os critérios de desempenho apresentados, baseia-se nas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.7.1.2. O Acordo de Nível de Serviço não isenta a Contratada de outras sanções por descumprimento de suas obrigações previstas.

5.7.1.3. O Detran-SP designará um Gestor do Contrato que será responsável por monitorar os indicadores de desempenho e registrar todas as ocorrências de não conformidade com o Acordo de Nível de Serviço.

5.7.1.4. Caso sejam verificadas falhas, o Gestor enviará notificação formal à Contratada, que deverá responder dentro de um prazo máximo de 5 dias úteis. As multas serão aplicadas de acordo com as faixas estabelecidas e refletidas no pagamento mensal, devidamente registradas no relatório de acompanhamento.

5.7.1.5. O Detran-SP e a Contratada realizarão reuniões de acompanhamento trimestrais para avaliar o desempenho, discutir eventuais problemas e verificar o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço. Qualquer descumprimento será abordado nessas reuniões, em que a Contratada terá a oportunidade de justificar as falhas e propor melhorias. Após cada reunião, a Contratada deverá apresentar um plano de ação corretivo e implementá-lo em até 10 dias úteis. Prazos superiores a este não serão aceitos, e o não cumprimento poderá resultar na aplicação imediata das sanções previstas no contrato pela Contratante.

5.7.1.6. Além das reuniões trimestrais, a Contratante poderá convocar reuniões extraordinárias a qualquer momento, mediante aviso com no mínimo 5 dias úteis de antecedência, para tratar de questões urgentes ou de não conformidades identificadas. A Contratada é obrigada a comparecer a essas reuniões, e a ausência sem justificativa prévia, devidamente aceita pela Contratante, acarretará uma penalidade de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor mensal do serviço de manutenção, aplicável imediatamente após o ocorrido.

5.7.1.7. A seguir apresentam-se os Indicadores de Desempenho a serem utilizados:

- Tempo de Espera em Atendimento Emergencial (fornecimento de combustível incluso);

Termo de Referência – Pregão - Serviços Comuns de Engenharia

- Tempo de Espera em Atendimento Comum;
- Tempo de Reposição de Peças Especiais;
- Tempo de Reposição de Peças Comuns;
- Pontualidade da Manutenção Preventiva Mensal;
- Pontualidade na Entrega dos Relatórios Mensais;
- Pontualidade na Entrega do Plano de Manutenção.

<u>INDICADOR</u>	<u>TEMPO DE ESPERA - ATENDIMENTO EMERGENCIAL (TEAE)</u>
FINALIDADE	Garantir a celeridade no atendimento técnico, pela Contratada, das solicitações emergenciais demandadas pelo Detran-SP.
META A CUMPRIR	Atendimento Emergencial atendido em até 4 horas.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro em planilha.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatórios de manutenção, registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Por evento. Consolidação Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	TEAE <= 4 horas, medido por evento.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>4 h < TEAE <= 24 h: Advertência por escrito.</p> <p>24 h < TEAE <= 30 dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção.</p> <p>As Reduções serão aplicadas por evento, ou seja, a cada solicitação de atendimento.</p> <p>O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.</p>
SANÇÕES	<p>Na ocorrência de 3 eventos com 4 h < TEAE <= 24 h, 2 eventos com 24 h < TEAE <= 30 dias, ou 1 evento com 30 dias < TEAE <= 60 dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato.</p> <p>Na ocorrência de 2 eventos com 30 dias < TEAE <= 60 dias ou 1 evento com TEAE > 60 dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.</p>

<u>INDICADOR</u>	<u>TEMPO DE ESPERA - ATENDIMENTO COMUM (TEAC)</u>
FINALIDADE	Garantir a celeridade no atendimento técnico, pela Contratada, das solicitações demandadas pelo Detran-SP.
META A CUMPRIR	Atendimento comum em até 24 horas.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro em planilha.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatórios de manutenção, registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Por evento. Consolidação Mensal.

MECANISMO DE CÁLCULO	TEAC <= 24 horas, medido por evento.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>24 h < TEAC <= 48 h: Advertência por escrito. 48 h < TEAC <= 30 dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção.</p> <p>As Reduções serão aplicadas por evento, ou seja, a cada solicitação de atendimento.</p> <p>O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.</p>
SANÇÕES	<p>Na ocorrência de 3 eventos com 24 h < TEAC <= 48 h, 2 eventos com 48 h < TEAC <= 30, ou 1 evento com 30 dias < TEAC <= 60 dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato.</p> <p>Na ocorrência de 2 eventos com 30 dias < TEAC <= 60 dias, ou 1 evento com TEAC > 60 dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.</p>

<u>INDICADOR</u>	<u>TEMPO DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS ESPECIAIS (TRPE)</u>
FINALIDADE	Garantir a celeridade da recuperação do sistema em casos que peças classificadas como especiais são necessárias.
META A CUMPRIR	Em até 30 dias após diagnóstico da substituição da peça.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro em planilha.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatórios de manutenção, registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Por evento. Consolidação Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	TRPE <= 30 dias, medido por evento.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>30 dias < TRPE <= 40 dias: Advertência por escrito. 40 dias < TRPE <= 70 dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção.</p> <p>As Reduções serão aplicadas por evento, ou seja, a cada solicitação de atendimento.</p> <p>O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.</p>
SANÇÕES	<p>Na ocorrência de 3 eventos com 30 dias < TRPE <= 40 dias, 2 eventos com 40 dias < TRPE <= 70 dias, ou 1 evento com 70 dias < TRPE <= 90 dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato.</p> <p>Na ocorrência de 2 eventos com 70 dias < TRPE <= 90 dias, ou 1 evento com TRPE > 90 dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.</p>

OBSERVAÇÕES	São classificadas como peças especiais aquelas que não estão disponíveis no mercado local, que necessitem de importação, ou que exijam fabricação específica. A Contratada deverá apresentar justificativa formal ao Contratante para eventuais atrasos relacionados à solicitação ou à espera de peças especiais. Caberá ao Contratante analisar a justificativa e decidir, pela sua aceitação ou rejeição.
-------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<u>INDICADOR</u>	<u>TEMPO DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS COMUNS (TRPC)</u>
FINALIDADE	Garantir a celeridade da recuperação do sistema em casos que peças comuns são necessárias.
META A CUMPRIR	Em até 5 dias após diagnóstico da substituição da peça.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro em planilha.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatórios de manutenção, registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Por evento. Consolidação Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	TRPC ≤ 5 dias, medido por evento.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	5 dias < TRPC ≤ 10 dias: Advertência por escrito. 10 dias < TRPC ≤ 40 dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção. As Reduções serão aplicadas por evento, ou seja, a cada solicitação de atendimento. O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.
SANÇÕES	Na ocorrência de 3 eventos com 5 dias < TRPC ≤ 10 dias, 2 eventos com 10 dias < TRPC ≤ 40 dias, ou 1 evento com 40 dias < TRPC ≤ 60 dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato. Na ocorrência de 2 eventos com 40 dias < TRPC ≤ 60 dias, ou 1 evento com TRPC > 60 dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.
OBSERVAÇÕES	A Contratada deverá apresentar justificativa formal ao Contratante para eventuais atrasos relacionados à solicitação ou à espera de peças comuns. Caberá ao Contratante analisar a justificativa e decidir, pela sua aceitação ou rejeição.

<u>INDICADOR</u>	<u>PONTUALIDADE DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL (PMPM)</u>
FINALIDADE	Garantir a pontualidade da execução da manutenção preventiva mensal.

META A CUMPRIR	Manutenção Preventiva Mensal executada dentro de mês corrente, no período entre 5 dias anteriores e 5 dias posteriores à data prevista. $ PMPM \leq 5$ dias
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Relatório Mensal de Execução dos Serviços.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatórios de manutenção, registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	$PMPM = DPMP - DEMP$ Onde: PMPM: Pontualidade da Manutenção Preventiva Mensal DPMP: Data Programada da Manutenção Preventiva DEMP: Data da Execução da Manutenção Preventiva $ PMPM $ é o valor absoluto de PMPM.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	5 dias $< PMPM \leq 7$ dias: Advertência por escrito. 7 dias $< PMPM \leq 37$ dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção. O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.
SANÇÕES	Na ocorrência de 3 eventos com 5 dias $< PMPM \leq 7$ dias, 2 eventos com 7 dias $< PMPM \leq 37$ dias, ou 1 evento com 37 dias $< PMPM \leq 60$ dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato. Na ocorrência de 2 eventos com 37 dias $< PMPM \leq 60$ dias, ou 1 evento com $ PMPM > 60$ dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.

<u>INDICADOR</u>	<u>PONTUALIDADE NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS MENSAIS (PERM)</u>
FINALIDADE	Garantir a pontualidade na entrega dos Relatórios Mensais dos Serviços Executados.
META A CUMPRIR	Relatórios entregues até o 5º dia útil do mês consecutivo ao da prestação dos serviços. $PERM \leq 5$ dias úteis
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Relatório Mensal de Execução dos Serviços.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatórios de manutenção, registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Mensal.

MECANISMO DE CÁLCULO	<p>PERM = DERM - DIMC, contato em dias úteis.</p> <p>Onde:</p> <p>PERM: Pontualidade na Entrega dos Relatórios Mensais</p> <p>DERM: Data Entrega do Relatório Mensal</p> <p>DIMC: Data Inicial do Mês Consecutivo</p>
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>5 dias < PERM <= 7 dias: Advertência por escrito.</p> <p>7 dias < PERM <= 37 dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção.</p> <p>O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.</p>
SANÇÕES	<p>Na ocorrência de 3 eventos com 5 dias < PERM <= 7 dias, 2 eventos com 7 dias < PERM <= 37 dias, ou 1 evento com 37 dias < PERM <= 60 dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato.</p> <p>Na ocorrência de 2 eventos com 37 dias < PERM <= 60 dias, ou 1 evento com PERM > 60 dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.</p>

<u>INDICADOR</u>	<u>PONTUALIDADE NA ENTREGA DO PLANO DE MANUTENÇÃO - PEPM</u>
FINALIDADE	Garantir a pontualidade na entrega do Plano de Manutenção no início da vigência do contrato.
META A CUMPRIR	Apresentação do Plano de Manutenção até 20 dias do início do contrato.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Plano de Manutenção
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Registros de inspeção, monitoramento remoto, auditorias periódicas, reuniões de acompanhamento, feedback e avaliação de desempenho
PERIODICIDADE	Início do contrato.
MECANISMO DE CÁLCULO	<p>PEPM = DEPM - DIC</p> <p>Onde:</p> <p>PEPM: Pontualidade na Entrega do PMOC</p> <p>DEPM: Data Entrega e Apresentação do PMOC</p> <p>DIC: Data Inicial Contrato</p>
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da data de assinatura do contrato.

FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>20 dias < PEPM <= 25 dias: Advertência por escrito.</p> <p>25 dias < PEPM <= 55 dias: Redução de 0,5% por dia de atraso do valor mensal do serviço de manutenção.</p> <p>O somatório das Reduções de todos os Indicadores não poderá ultrapassar 15% do valor mensal do serviço de manutenção.</p>
SANÇÕES	<p>Na ocorrência de 3 eventos com 20 dias < PEPM <= 25 dias, 2 eventos com 25 dias < PEPM <= 55 dias, ou 1 evento com 55 dias < PEPM <= 90 dias durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá aplicar multa de 10% do total do valor do contrato.</p> <p>Na ocorrência de 2 eventos com 55 dias < PEPM <= 90 dias, ou 1 evento com PEPM > 90 dias, durante a vigência do contrato, o Detran-SP poderá solicitar rescisão unilateral do contrato.</p>

5.7.2. Modificação no Sistema

5.7.2.1. A modificação elétrica, mecânica, eletrônica, de programação ou de acabamento dos grupos motogeradores e nobreaks, diferente do projeto original, ficará submetida à aprovação pelo Gestor do Contrato, devendo a Contratada enviar previamente uma proposta técnica contendo documentos (laudos, medições, ensaios, fotos) que justifiquem a modificação, sem ônus adicional à Contratante;

5.7.2.2. Realizar correções ou atualizações, sem ônus adicional à Contratante, de qualquer parte do sistema dos grupos motogeradores e nobreaks, incluindo os programas de gestão do sistema.

5.7.3. Correção e Atualização de Programas

5.7.3.1. A modificação elétrica, mecânica, eletrônica, de programação, de acabamento ou segurança dos sistemas, diferente do projeto original, ficará submetida à aprovação pelo Gestor do Contrato, devendo a Contratada enviar previamente uma proposta técnica contendo documentos (laudos, medições, ensaios, fotos) que justifiquem a modificação, sem ônus adicional à Contratante.

5.7.4. Obrigações da Contratada

5.7.4.1. Garantir que seus funcionários atendam o regulamento de ordem no interior do edifício, assim como, no seu entorno imediato;

5.7.4.2. Os funcionários da Contratada deverão circular apenas nas áreas previamente autorizadas pelos Gestores do Contrato;

5.7.4.3. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios da sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;

5.7.4.4. A Contratada fica obrigada a substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, qualquer funcionário, se isto for exigido pela Contratante por escrito declarando os motivos;

5.7.4.5. Será de responsabilidade da Contratada a manutenção preventiva e corretiva a partir da alimentação da chave geral, garantindo o bom funcionamento de todos os equipamentos localizados nesse espaço;

5.7.4.6. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá, contendo foto, nome e número de registro em local visível;

5.7.4.7. Manter limpo o local de trabalho, removendo todo o lixo resultante da execução dos serviços;

5.7.4.8. A Contratada deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais;

5.7.4.9. Providenciar a proteção apropriada do mobiliário e equipamento, sempre que necessário, visando à preservação contra partículas nocivas provenientes da execução dos serviços;

5.7.4.10. A Contratada deverá verificar, além dos grupos motogeradores e nobreaks, os quadros elétricos e de comando que fazem parte desses sistemas;

5.7.4.11. Responsabilizar-se pelo controle, supervisão e desenvolvimento dos trabalhos em andamento;

5.7.4.12. Desenvolver e programar as tarefas de forma que não sejam criados obstáculos às atividades dos demais prestadores de serviços que estejam eventualmente trabalhando no prédio;

5.7.4.13. Promover continuamente a atualização profissional de seus colaboradores objetivando o conhecimento de novas tecnologias, processos e rotinas de trabalho e equipamentos, a fim de implementá-los, sempre que possível, nos serviços, de forma a racionalizar os trabalhos, proporcionando ganho de produtividade, diminuição de custos e o fortalecimento da sustentabilidade;

5.7.4.14. Elaborar, sempre que solicitado pela Contratante e às suas expensas, o Laudo de Abrangência do Grupo Motogerador, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhado da documentação de responsabilidade técnica correspondente, com a respectiva taxa de registro quitada.

5.7.4.15. Efetuar inspeção nos equipamentos e a emissão de relatórios, laudos etc. que eventualmente venha a ser imposto por Legislação posterior à data da contratação;

5.7.4.16. Comunicar o Gestor do Contrato para prévia autorização e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando houver a necessidade de trabalhos extraordinários após as 18h ou em finais de semana e feriados, sem ônus adicional a Contratante;

5.7.4.17. Comunicar a Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a realização de quaisquer serviços que possam interferir no perfeito funcionamento dos equipamentos;

5.7.4.18. Comunicar à Contratante a ocorrência de qualquer anormalidade no sistema ou irregularidade, formalizando a comunicação por escrito ou por meio eletrônico oficial, de modo a assegurar o devido registro e a rastreabilidade;

5.7.4.19. Elaborar, encaminhar e manter atualizada junto a Contratante a relação (nome, RG e horário de trabalho) de todos os funcionários, inclusive engenheiros e técnicos, responsáveis pela execução dos serviços;

5.7.4.20. A Contratada deverá, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços, assegurar que todos os equipamentos estejam em perfeito funcionamento. Após as intervenções realizadas, a Contratada deverá emitir um laudo técnico detalhado, atestando as condições de funcionamento e conservação dos equipamentos. Caso algum item exija um prazo maior para regularização, a Contratada deverá apresentar justificativa formal à Contratante, que analisará e decidirá pela sua aceitação ou rejeição.

5.7.5. Obrigações do Contratante

5.7.5.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive comunicando à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Gestor de Contrato e/ou endereço de cobrança;

5.7.5.2. Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela Contratada ou pelos seus funcionários em serviço;

5.7.5.3. Manter o Quadro Elétrico e demais dependências correlatas, livres e desimpedidas, não permitindo depósito de materiais estranhos à sua finalidade, bem como penetração e/ou infiltração de água;

5.7.5.4. Impedir o ingresso de terceiros nas instalações do Centro de Medição, nos Quadros Elétricos e na Central Hidráulica (quando houver), que deverão permanecer sempre fechadas, vedando-se a intervenção de pessoas estranhas à Contratada em qualquer parte das instalações sob sua responsabilidade, salvo mediante autorização formal da Contratante;

5.7.5.5. Interromper imediatamente o funcionamento dos grupos motogeradores e nobreaks que apresentarem irregularidades, comunicando imediatamente o fato à Contratada;

5.7.5.6. Fazer cumprir as orientações da Contratada quanto ao uso adequado dos grupos motogeradores e nobreaks, divulgando e fiscalizando os procedimentos recomendados;

5.7.5.7. O Contratante poderá, mediante prévia comunicação, modificar os horários e dias estabelecidos para todo ou parte dos serviços, como também poderá aceitar, desde que por escrito, idêntica proposta da Contratada;

5.7.5.8. A Contratante deve realizar inspeções periódicas para assegurar que os técnicos da Contratada estão utilizando corretamente o uniforme e os EPIs conforme as exigências de segurança. Qualquer não conformidade, como a ausência de EPI ou uniformes inadequados, deve ser prontamente reportada e corrigida;

5.7.5.9. Cabe à Contratante inspecionar periodicamente o uso adequado de uniformes e EPIs pelos técnicos da Contratada, comunicando eventuais irregularidades para correção imediata.

5.7.6. Considerações Gerais

5.7.6.1. A Contratada deverá executar todos os serviços de manutenção preventiva previstas no Plano de Manutenção e as manutenções corretivas e emergenciais, tantas vezes quantas forem necessárias, para garantir o pleno e seguro funcionamento dos grupos motogeradores e nobreaks, bem como de seus acessórios;

5.7.6.2. A Contratada deverá apresentar, no início da execução do contrato, o documento de responsabilidade técnica emitido pelo profissional legalmente habilitado e com atribuições compatíveis com os serviços contratados, devidamente registrado em seu respectivo conselho profissional;

5.7.6.3. A Contratada deverá atender e executar os serviços previstos, aplicando sempre profissionais técnicos qualificados e habilitados, as melhores técnicas e práticas do mercado, como também, atender e seguir as normas da ABNT, da ANVISA e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos;

5.7.6.4. Quando solicitada, a Contratada deverá realizar testes de carga nos grupos motogeradores e testes funcionais nos sistemas nobreaks (UPS), quantas vezes se fizerem necessárias, em data e horário a combinar, inclusive fora do horário comercial, mediante prévia concordância das partes;

5.7.6.5. A Contratada deverá fornecer todas as peças/ materiais que forem necessárias, sem custo adicional ao Contratante;

5.7.6.6. A Contratada deverá refazer de imediato, às suas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado ou recusado pelo Gestor do contrato, sem que isso represente custo adicional;

5.7.6.7. A Contratada elaborará e executará, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do início da vigência do contrato, um plano de recuperação para sanar as não conformidades pré-existent no sistema, restabelecendo as condições operacionais originais em sua integralidade. Todos os materiais, peças e componentes necessários serão fornecidos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante, incluindo a comprovação documental da conformidade dos insumos utilizados;

5.7.6.8. A Contratada realizará, sem ônus para a Contratante, serviços de retrofit, retífica e usinagem nos equipamentos sob sua responsabilidade, sempre que tecnicamente necessário para garantir a funcionalidade, segurança e conformidade normativa dos sistemas;

5.7.6.9. A Contratada deverá retirar dos serviços qualquer empregado que, a critério do Gestor do Contrato, tenha demonstrado conduta inadequada ou incapacidade técnica;

5.7.6.10. A Contratada deverá se responsabilizar por danos causados às instalações, equipamentos, móveis e objetos pertencentes à Contratante, bem como pela segurança dos ocupantes e de seus próprios funcionários durante a realização dos serviços;

5.7.6.11. A Contratada deverá observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta da contratação, isentando o Detran-SP de qualquer responsabilidade;

5.7.6.12. Todas as reuniões, sejam trimestrais ou extraordinárias, deverão ser formalizadas por meio de Ata de Reunião, assinada por ambas as partes. Acordos verbais não serão aceitos, e apenas as decisões e compromissos registrados na ata terão validade contratual;

5.7.6.13. A comunicação entre a Contratante e a Contratada poderá ocorrer por telefone, sendo obrigatória a utilização de números oficiais previamente cadastrados de ambas as partes. Caso seja necessário o uso de números particulares ou WhatsApp, esses também deverão ser previamente cadastrados e autorizados pela Contratante. Não serão aceitas solicitações, orientações ou tratativas realizadas por números não cadastrados. Todas as tratativas feitas por telefone ou WhatsApp deverão ser formalmente registradas por e-mail e/ou no sistema de gestão de chamados, com a devida inserção das tratativas no processo formalizado pelo Detran-SP no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assegurando a rastreabilidade e validade das informações. Acordos verbais ou solicitações informais não serão aceitos;

5.7.6.14. Em hipótese alguma, a gestão aceitará insubordinação ou interferência de pessoas não cadastradas e que não sejam oficialmente responsáveis pela Contratada. Qualquer intervenção de pessoas não autorizadas será considerada uma falha grave e poderá resultar na aplicação das sanções contratuais cabíveis.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 6 (seis) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021](#), artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Com base no Relatório Mensal de Serviços Executados (RMSE), a Contratada enviará planilha indicando o valor mensal do Serviço de Manutenção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. O Gestor do contrato conferirá a lista de peças, materiais e componentes aplicados e calculará o percentual de Redução a ser aplicado no valor mensal do Serviço de Manutenção, respeitando os indicadores pactuados no Acordo de Nível de serviço.

7.2. A utilização do Acordo de Nível de Serviço não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A Contratada somente poderá emitir nota fiscal visando à cobrança efetiva dos serviços mensais executados, após o aceite formal pelo Gestor do Contrato do Detran-SP.

7.4. A Fiscalização do Detran-SP juntará o Relatório da Execução do Serviço da Contratada, o Atestado de Execução de Serviços, a Nota Fiscal e encaminhará ao setor responsável para pagamento.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e arts. 17, X e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da [Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.7.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.11.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

- 8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.24.4. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.27. A proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e demais órgãos competentes, em plena validade, comprovando o registro da empresa nas áreas Elétrica e Mecânica;

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.28. A proponente deverá apresentar pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA ou demais órgãos competentes de origem, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória serviço de manutenção em grupos motogeradores e nobreaks com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Termo de Referência, a seguir discriminadas:

- Grupo Motogerador com potência unitária de 450 kVA e potência total acumulada de 980 kVA;
- Nobreak com potência unitária de 100 kVA e potência total acumulada de 210 kVA.

8.28.1. O atestado deverá conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

8.28.2. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá garantir o integral atendimento à legislação de segurança e saúde no trabalho aplicável, adotando todas as medidas de controle exigidas para atividades que envolvam eletricidade, máquinas e equipamentos, inflamáveis, combustíveis e demais situações de risco. Todas as intervenções deverão ser realizadas exclusivamente por trabalhadores

devidamente autorizados, qualificados ou capacitados, conforme os requisitos legais vigentes, assegurando a proteção dos profissionais envolvidos e a segurança das instalações.

8.28.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.28.4. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

8.29. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.29.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.29.2. Entende-se por mesma natureza e porte, atestados de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% do objeto da licitação.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.29.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
- e) se compromete a cumprir o disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.31. Tratando-se de consórcio:

8.31.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.31.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.31.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.32. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.32.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.32.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é R\$ 582.028,20 (quinhentos e oitenta e dois mil e vinte e oito reais e vinte centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 532402 – Diretoria de Administração - DETRAN-SP;
- II) FONTE: 150010001 - Tesouro;
- III) PROJETO/ATIVIDADE: 04122530419600000 - Administração Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP;
- IV) ELEMENTO DE DESPESA: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP

Estudo Técnico Preliminar 48/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 140.00729467/2025-14

2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial de grupos motogeradores e nobreaks instalados na Sede do Detran-SP é essencial para garantir a continuidade operacional, a segurança e a confiabilidade dos sistemas que suportam as atividades críticas do órgão. Esses equipamentos asseguram o fornecimento de energia ininterrupta para ambientes estratégicos, como CPD, sistemas de segurança, elevadores e setores administrativos.

O problema a ser resolvido é a necessidade de garantir o funcionamento contínuo e seguro dos sistemas de energia de emergência, prevenindo falhas, interrupções nos serviços públicos e riscos à integridade de dados, equipamentos e servidores. A manutenção preventiva reduz significativamente a ocorrência de panes inesperadas, enquanto a manutenção corretiva e o suporte emergencial garantem a pronta resposta em caso de falhas.

Os serviços deverão ser executados conforme as normas e orientações dos fabricantes, bem como a legislação técnica vigente, e demais regulamentações ambientais e de segurança do trabalho. A observância a essas diretrizes é fundamental para preservar o desempenho dos sistemas e evitar sanções administrativas, ambientais ou trabalhistas.

Para garantir maior agilidade nas intervenções e controle da operação, será mantida uma rotina de acompanhamento técnico regular, com registros das manutenções realizadas, ordens de serviço e relatórios gerenciais. Os serviços incluem também o fornecimento integral de peças, baterias, fluidos e demais componentes necessários à manutenção, sem ônus adicional para a Administração.

Com a contratação dos serviços de manutenção, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Operação contínua e segura dos sistemas de energia de emergência: Minimização de paradas e falhas, garantindo o fornecimento de energia ininterrupta às áreas críticas da Sede.
- Confiabilidade e desempenho: Garantia de autonomia energética adequada por meio dos geradores e nobreaks, assegurando estabilidade para servidores e sistemas sensíveis.
- Prevenção de falhas graves e ampliação da vida útil dos equipamentos: Substituição programada de componentes desgastados, limpeza e ajustes técnicos que assegurem o bom funcionamento dos sistemas.
- Eficiência e agilidade nas intervenções: Atendimento rápido em casos emergenciais, com suporte técnico especializado e disponibilidade de peças e insumos.
- Conformidade legal e técnica: Execução dos serviços conforme as normas técnicas e ambientais vigentes, incluindo o descarte adequado de resíduos como óleo lubrificante e baterias.

- Otimização de custos operacionais e maior previsibilidade: Com a manutenção programada e o suporte técnico contínuo, evitam-se falhas dispendiosas e prolongadas paralisações nos serviços do Detran-SP.

- Segurança ocupacional e ambiental: Execução de atividades conforme procedimentos seguros, com apoio técnico de profissional habilitado em segurança do trabalho.

A contratação mostra-se apropriada e vantajosa à Administração por garantir a continuidade de serviços essenciais do Detran-SP, prevenindo falhas em setores estratégicos como CPD, segurança e áreas administrativas. Ao assegurar previsibilidade orçamentária, atendimento técnico especializado e conformidade com normas legais e ambientais, a medida contribui diretamente para a eficiência, a economicidade e a continuidade dos serviços públicos, atendendo ao interesse público de forma clara e objetiva.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Infraestrutura	Alex da Silva Bispo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação visa garantir a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos grupos motogeradores e nobreaks instalados na Sede do Detran-SP, conforme os seguintes requisitos:

- **Manutenção Preventiva:** A Contratada deverá realizar a manutenção preventiva de forma programada, com base no Plano de Manutenção elaborado pelo responsável técnico e aprovado pela Contratante. O plano deverá observar as normas técnicas vigentes, as recomendações dos fabricantes e as boas práticas, incluindo inspeções, limpezas, testes de funcionamento, lubrificação, reapertos e substituições programadas de peças, fluidos e baterias.
- **Manutenção Corretiva:** A Contratada será responsável por realizar intervenções corretivas sempre que forem identificadas falhas, panes ou degradação de desempenho nos equipamentos. Os reparos devem ser executados com celeridade, critério técnico e sem ônus adicional para a Contratante, com utilização de ferramentas de diagnóstico adequadas e fornecimento de peças, inclusive em casos de retífica de motores ou substituição de componentes críticos.
- **Manutenção Preditiva:** A Contratada deverá monitorar periodicamente os grupos motogeradores e nobreaks por meio de análises técnicas como termografia, vibração, inspeção visual, medições elétricas, avaliação de baterias, entre outros, com o objetivo de antecipar falhas e preservar a confiabilidade dos sistemas.
- **Atendimento Emergencial:** A Contratada deverá dispor de atendimento 24h por dia, 7 dias por semana, com equipe técnica apta a intervir prontamente em ocorrências críticas que comprometam a operação dos equipamentos. O prazo de resposta e o tempo de solução devem seguir os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.
- **Assistência Técnica Contínua:** A Contratada deverá fornecer suporte técnico completo, inclusive para eventuais ajustes de configuração, substituições estratégicas ou readequações de operação. Isso inclui intervenções em situações extraordinárias, como instabilidades, picos de carga e atuação conjunta com outros sistemas da edificação.
- **Escopo de Atividades Específicas:** A manutenção deverá abranger integralmente componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, incluindo a manutenção dos displays, fornecimento e substituição de chaves e fechaduras e adequação dos grupos motogeradores aos limites de emissão de poluentes fixados por regulamentação estabelecida por órgão ambiental

competente e Decreto Nº 60.233, de 11 de Maio de, bem como o fornecimento de todos os insumos, peças e baterias durante a vigência do contrato.

- Plano de Manutenção: A Contratada deverá apresentar, em até 20 dias após a assinatura do contrato, o Plano de Manutenção com o detalhamento das rotinas preventivas, corretivas e preditivas. O documento deve ser assinado por profissional legalmente habilitado e submetido à validação da área técnica do Detran-SP.
- Ordens de Serviço: Todos os serviços realizados deverão ser formalizados por meio de Ordem de Serviço, com descrição técnica da intervenção, peças utilizadas, responsáveis pela execução e validação do gestor do contrato.
- Relatório Mensal dos Serviços Executados (RMSE): A Contratada deverá apresentar relatórios mensais com o resumo das manutenções realizadas, ocorrências registradas, peças substituídas e condições operacionais dos equipamentos.

5. Levantamento de Mercado

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada na manutenção de grupos motogeradores e nobreaks, com experiência comprovada em equipamentos de médio e grande porte, para execução de serviços contínuos e abrangentes, incluindo manutenção preventiva, corretiva, preditiva, suporte técnico e atendimento emergencial. A contratação visa garantir a confiabilidade e disponibilidade dos sistemas de energia de reserva da Sede do Detran-SP, essenciais à operação ininterrupta de ambientes críticos como CPDs, servidores, elevadores e sistemas de segurança.

Durante a fase de levantamento de mercado, foram analisadas referências técnicas e comerciais, incluindo:

- Valores referenciais de equipamentos similares (base CDHU);
- Custos de mão de obra (base CDHU);
- Custos de insumos (combustível: base ANP, baterias: mercado varejista especializado);
- Estrutura de contratos similares em outras instituições públicas.

A natureza do objeto é classificada como “serviços comuns de engenharia”, por se tratar de atividades rotineiras, padronizadas e executadas com base em procedimentos técnicos previamente estabelecidos e amplamente reconhecidos no setor. Tais serviços exigem a responsabilidade técnica de profissionais legalmente habilitados, registrados nos conselhos competentes, para garantir a conformidade com as normas técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis.

O Termo de Referência conterá toda a descrição detalhada para a contratação.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para garantir o funcionamento contínuo e seguro dos sistemas de fornecimento de energia de emergência na Sede do Detran-SP, por meio da manutenção preventiva, corretiva e preditiva de grupos motogeradores e nobreaks, com fornecimento de peças, insumos e combustível.

Dada a criticidade dos equipamentos envolvidos — responsáveis por assegurar a operação de servidores, CPDs, elevadores, sistemas de segurança e demais serviços essenciais — torna-se necessário um modelo de contratação que integre todas as frentes de manutenção com atendimento programado e emergencial, realizado por equipe técnica qualificada e supervisionada por profissional legalmente habilitado.

A inclusão do fornecimento de componentes como baterias, filtros, lubrificantes, fluidos e combustível (óleo diesel), bem como a realização de diagnósticos preditivos e relatórios técnicos periódicos, visa assegurar a confiabilidade, disponibilidade e desempenho dos equipamentos, reduzindo riscos operacionais e garantindo a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

A adoção dessa solução integrada, conforme descrita no Termo de Referência, proporciona maior eficiência na gestão dos ativos, evita paralisações inesperadas e assegura a conformidade com os padrões técnicos, ambientais e de segurança exigidos pela legislação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, incluindo o fornecimento de componentes, peças e combustível, visando à conservação e operação dos grupos motogeradores e nobreaks, pertencentes ao Detran-SP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e componentes, para 3 (três) grupos motogeradores localizados na Sede do Detran-SP	Mês	15
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 2 (dois) nobreaks localizados na Sede do Detran-SP	Mês	15
3	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 1 (um) nobreak localizado na Superintendência em São Paulo	Mês	15
4	Fornecimento de óleo diesel tipo S500	litro	1860

7.2. Relação dos grupos motogeradores e nobreaks, com as características listadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	1 (um) grupo motogerador marca STEMAC (0450234808). Gerador Cramaco G2R, motor Scania Modelo DC 1260A, potência 450 KVA tensão de entrada 220V controlador ST 2140 capacidade do tanque de combustível 250 litros (externo do equipamento)	Edifício Boa Vista

2	1 (um) grupo motogerador marca STEMAC (0450234908). Gerador Cramaco G2R, motor Scania Modelo DC 1260A potência 450 KVA tensão de entrada 220V controlador ST 2140 capacidade do tanque de combustível 250 litros (externo do equipamento)	Edifício João Brícola
3	1(um) grupo motogerador marca STEMAC (0081234708). Gerador Cramaco G2R, motor MWM Modelo: D229/6 potência 80 KVA tensão de entrada 220 V controlador ST 2130 capacidade do tanque de combustível 120 litros (externo do equipamento)	Edifício João Brícola
4	1(um) nobreak marca CM Comandos Lineares, modelo Conception S1 100000, potência 100kVA, série 57725 + banco de baterias	Edifício João Brícola
5	1(um) nobreak marca CM Comandos Lineares, modelo Conception S1 100000, potência 100kVA, série 57726 + banco de baterias	Edifício Boa Vista
6	1(um) nobreak Sinus Double II uSS10000Ti 115 16bt DSP + banco de baterias	Edifício Cidade IV

7.3. Lista estimada, meramente para referência de peças/ componentes passíveis de defeito, sem a elas se limitar:

NOBREAK:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 15 MESES
1	Capacitor polipropileno 25F x 450V c/pino fixação e Caneca Metálica ESC-SSC P2	Unidade	12
2	Trafo alim+sinal 1bobina Dominion bivolt 110/220V 1F1N (18 + 18) e 10V	Unidade	2
3	Capacitor eletrolítico 6800microF x 350V B43455	Unidade	28
4	Capacitor polipropileno 3.33kVAR x 220V - UCW3.3V25	Unidade	18
5	Capacitor eletrolítico 3300F x 400WV GT 85°C (M)	Unidade	4
6	Bateria 115 A/h 12V - (Terminal M10)	Unidade	160

7	Placa Montada e Testada CM 1520C - TO247	Unidade	2
8	Módulo MITT 80EU CS1	Unidade	2
9	Módulo carregador de baterias CDN B 100 e 120 kVA	Unidade	2
10	Chaves rotativas de entrada, by-pass e saída	Unidade	6
11	Chave estática trifásica CS1 80 0kV	Unidade	2
12	Chave estática trifásica CS1 80 0kV	Unidade	2
13	Display painel digital frontal (DSP_VERUPSG2019) CONCEPTION S1 100000-	Unidade	2
14	Módulo UPGS, placa eletrônica de controle UPGS 2019 B CM 2803	Unidade	2
15	Placa da Chave estática - CM1141	Unidade	2
16	Placa de controle do retificador CM2843A	Unidade	2
17	Chave estática trifásica CS1 80 0kV	Unidade	2
18	Capacitor (diversos)	Unidade	20
19	Coolers/ ventoinhas	Unidade	20
20	IGBT	Unidade	4
21	Tiristor	Unidade	10
22	Resistor	Unidade	20
23	Diodo	Unidade	20
24	Relés e fusíveis	Unidade	30
25	Contatora (diversos)	Unidade	6
26	Disjuntor termomagnético	Unidade	6

27	Oscilador DSP	Unidade	2
28	Relé de INRUSH	Unidade	2
29	Display LCD/teclado	Unidade	6
30	Placa de retificação	Unidade	2
31	Placa inversora	Unidade	2
32	Placa controladora	Unidade	2
33	Placa de rede SNMP/HTTP	Unidade	2
34	Placa EMC	Unidade	2
35	Sensores térmicos	Unidade	4
36	Cabos de interligação	Unidade	10
37	Conectores e bornes	Unidade	20
38	Transformador isolador	Unidade	2
39	BATERIA SELADA 12V 17/18AH VRLA com Nob.Sin.Double II uSS10000Ti 115 16bt DSP Mod XXIII 192V 36Ah Sel Fech uSS3- 20k uTF10-20k	Unidade	96

GRUPO MOTOGERADOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 15 MESES
1	Aditivo para diesel	Litro	20
2	Líquido de arrefecimento	Litro	320
3	Óleo lubrificante	Litro	140
4	Solução para baterias	Litro	12

5	Bateria	Unidade	10
6	Cabos de bateria	Unidade	12
7	Conectores	Unidade	24
8	Correias diversas	Unidade	6
9	Disjuntores diversos	Unidade	9
10	Amortecedores de vibração	Unidade	24
11	Escovas (alternador)	Unidade	12
12	Rolamentos diversos	Unidade	12
13	Filtro de ar	Unidade	12
14	Filtro separador de água (tipo racor)	Unidade	6
15	Filtro de combustível principal	Unidade	6
16	Filtro de óleo	Unidade	6
17	Relés e fusíveis	Unidade	20
18	Controlador	Unidade	3
19	Juntas de vedação (diversas)	Unidade	24
20	Mangueiras diversas	Unidade	24
21	Resistência de pré-aquecimento	Unidade	6
22	Válvula Termostática	Unidade	3
23	Válvula Solenoide	Unidade	6
24	Bomba d' água	Unidade	3
25	Turbocompressor	Unidade	2

26	Radiador	Unidade	3
27	Hélice do radiador	Unidade	3
28	Motor de partida (arranque)	Unidade	3
29	Sensor da pressão do óleo	Unidade	3
30	Sensor da temperatura e pressão do ar de admissão	Unidade	3
31	Sensor da temperatura do líquido de arrefecimento	Unidade	3
32	Termostato	Unidade	3
33	Módulo do regulador de tensão	Unidade	3
34	Sensor de rotação do motor	Unidade	3
35	Bobina auxiliar de excitação do alternador	Unidade	3
36	Painel de controle	Unidade	3
37	Bomba Injetora	Unidade	2
38	Módulo injeção eletrônica	Unidade	2
39	Bico Injetor	Unidade	18
40	Kit para reparo da bomba injetora	Unidade	2
41	Kit para retífica do motor MWM D229-6	Unidade	1
42	Kit para retífica do cabeçote MWM D229-6	Unidade	1
43	Kit para retífica de motor Scania DC 1260A	Unidade	2
44	Kit para retífica de cabeçote Scania DC 1260A	Unidade	2
45	Bomba alimentadora de combustível	Unidade	3
46	Linha de combustível	Metro	21

7.4. Memória de Cálculo

Para definição do valor de referência da contratação, foi adotada metodologia baseada nos valores unitários dos equipamentos, conforme registros públicos da CDHU. Aplicaram-se percentuais técnicos de depreciação entre 10% e 15%, refletindo o desgaste estimado dos ativos ao longo do período contratual. A estimativa final, de R\$ 350.274,60, contempla ainda os custos de mão de obra (com base nos referenciais da CDHU), baterias dos nobreaks (conforme cotação de mercado) e óleo diesel (segundo a tabela de preços da ANP).

DFD- ESTIMATIVA VALORES SERVIÇOS		QTDE	fator de demanda	hora	VALOR UNITÁRIO	ITEM NOVO	ITEM NOVO/15 + FATOR	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL UNITÁRIO	TOTAL 15 MESES	ORÇAMENTO
1	Manutenção Gerador 80kVA	1	1,9	R\$ 149,08	R\$ 283,25	R\$ 102.864,93	R\$ 1.542,97	R\$ 1.826,22	R\$ 1.826,22	R\$ 27.393,30	CDHU/CDHU
2	Manutenção Gerador 450 kVA	2	1,9	R\$ 149,08	R\$ 283,25	R\$ 414.060,09	R\$ 6.210,90	R\$ 12.988,31	R\$ 6.494,15	R\$ 194.824,60	CDHU/CDHU
3	Nobreak 10kVA	1	1,9	R\$ 149,08	R\$ 283,25	R\$ 39.075,12	R\$ 390,75	R\$ 674,00	R\$ 674,00	R\$ 10.110,05	CDHU/CDHU
4	Nobreak 100kVA	2	1,9	R\$ 149,08	R\$ 283,25	R\$ 141.590,50	R\$ 1.415,91	R\$ 3.398,31	R\$ 1.699,16	R\$ 50.974,71	CDHU/CDHU
5	Baterias nobreak 10kVA	48	-	-	-	R\$ 250,00	-	R\$ 800,00	R\$ 250,00	R\$ 12.000,00	MERCADO
6	Baterias nobreak 100 kVA	40	-	-	-	R\$ 900,00	-	R\$ 2.400,00	R\$ 900,00	R\$ 36.000,00	MERCADO
VALOR TOTAL								R\$ 22.086,84		R\$ 331.302,66	-
TABELA B											
1	Combustível	124	1,7	-	R\$ 6,00	-	-	R\$ 1.264,80	R\$ 10,20	R\$ 18.972,00	ANP
VALOR TOTAL								R\$ 1.264,80		R\$ 18.972,00	-
VALOR TOTAL A + B								R\$ 23.351,64		R\$ 350.274,66	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 350.274,60

Valor total previsto para o período de 15 meses: R\$ 350.274,60 (trezentos e cinquenta mil duzentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será realizada sem parcelamento da solução para garantir a máxima eficiência na execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva dos grupos motogeradores e nobreaks instalados na Sede do Detran-SP. Esta abordagem facilita a gestão contratual e o controle de qualidade, além de contribuir para a responsabilidade fiscal, evitando a fragmentação dos serviços e potencializando os benefícios de uma manutenção integrada e contínua.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes para o objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, em conformidade com o Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, sob o ID PCA no PNCP 15519361000116-0-000005 /2025 e o Identificador da Futura Contratação 532403-58/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa assegurar a operação contínua e segura dos grupos motogeradores e nobreaks da Sede do Detran-SP, garantindo autonomia energética para sistemas críticos como CPDs, elevadores e segurança. Espera-se com isso maior confiabilidade dos equipamentos, redução de custos com falhas imprevistas, prolongamento da vida útil dos ativos, eficiência no uso de insumos e conformidade com normas técnicas e ambientais.

A prestação dos serviços deverá seguir um Acordo de Nível de Serviço, o qual está detalhado no Termo de Referência, que estabelecerá prazos e padrões mínimos de desempenho, como tempo de resposta para atendimento corretivo, preventivo e emergencial, periodicidade de manutenção, entre outros. Isso proporcionará previsibilidade, estabilidade operacional e suporte essencial à continuidade dos serviços públicos prestados pelo Detran-SP.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação pretendida, deverão ser adotadas previamente pela Administração as seguintes providências:

- Validação técnica do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, garantindo a compatibilidade com a necessidade administrativa e a aderência às normas aplicáveis;
- Verificação da disponibilidade orçamentária e realização da reserva dos recursos necessários à execução contratual;
- Submissão da minuta contratual à análise jurídica, para verificação de conformidade legal;
- Realização de pesquisa de preços junto ao mercado, com base em orçamentos de empresas especializadas e consultas a fontes oficiais e órgãos públicos, visando à apuração do valor médio como referência para a contratação;
- Definição dos critérios de julgamento das propostas, observando os parâmetros técnicos mínimos de qualificação exigidos;
- Publicação do edital e disponibilização dos anexos, incluindo Termo de Referência, ETP e demais documentos instrutivos do processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva em grupos motogeradores e nobreaks pode gerar impactos ambientais que devem ser adequadamente gerenciados para garantir a sustentabilidade das atividades e o cumprimento das normas ambientais vigentes. Dentre os principais aspectos a serem considerados, destacam-se:

- Descarte de Baterias e Componentes Eletrônicos: Os serviços envolvem a substituição periódica de baterias estacionárias e outros componentes eletroeletrônicos. Esses resíduos, classificados como perigosos, devem ser descartados em conformidade com a legislação ambiental, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). A Contratada deverá garantir a destinação ambientalmente correta, por meio de empresas licenciadas e com emissão dos devidos comprovantes.
- Óleos Lubrificantes e Filtros Usados: A manutenção dos motogeradores requer a substituição de óleos lubrificantes, filtros e fluidos de arrefecimento. O descarte inadequado desses insumos

pode causar contaminação do solo e da água. A Contratada deverá realizar a coleta e o descarte por meio de empresas especializadas, obedecendo à Resolução CONAMA nº 362/2005 e demais normas correlatas.

- Emissões Atmosféricas e Ruído: A operação e testes dos grupos geradores a diesel produzem emissões de poluentes atmosféricos e ruído. Cabe à Contratada assegurar que os equipamentos estejam em conformidade com os limites de emissão estabelecidos pela legislação municipal (como o Decreto nº 52.209/2011, da cidade de São Paulo) e aplicar medidas de mitigação quando necessário, como a instalação de filtros ou abafadores.
- Risco de Vazamento de Combustível: Durante atividades de abastecimento ou manutenção dos tanques, há risco de derramamento de óleo diesel. A Contratada deverá adotar procedimentos seguros, com uso de EPIs, contenções e kits de emergência, além de contar com orientação técnica de profissional de Segurança do Trabalho
- Consumo de Recursos e Eficiência Energética: O uso de componentes ineficientes ou obsoletos pode resultar em maior consumo de energia e menor desempenho dos sistemas. A manutenção adequada contribui para a eficiência energética, reduzindo o impacto ambiental das operações, em alinhamento com boas práticas de sustentabilidade.

Ao considerar e mitigar esses possíveis impactos ambientais, a Contratante e a Contratada asseguram que os serviços sejam realizados de forma sustentável e em conformidade com as boas práticas ambientais e regulatórias.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é tecnicamente viável e essencial para garantir a operação ininterrupta dos sistemas críticos da edificação, como servidores, CPD, elevadores, sistemas de segurança e atendimento ao público. A manutenção regular e especializada assegura o desempenho adequado dos equipamentos, o cumprimento das normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho, bem como a preservação da vida útil dos ativos, contribuindo para a eficiência operacional e redução de riscos e custos com falhas inesperadas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX DA SILVA BISPO

Coordenador



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 19:39:53.

HELDER MENEZES KOBAYASHI

Chefe de Divisão



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 15:14:33.

FLAVIO HENRIQUE HOLZ

Assistente Técnico III



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 16:18:04.

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 140.00729467/2025-14)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A) POR
INTERMÉDIO DO(A) E
.....

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP, por intermédio do(a) Diretoria de Administração e Logística, com sede na Rua João Brícola, 32, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.519.361/0001-16, neste ato representado pela Diretora Viviane Fernanda Dutra, nomeado(a) pela Portaria nº 7532, de 26 de dezembro de 2024, publicado(a) no DOE de 27 de dezembro de 2024, inscrita no CPF sob o nº 923.933.570-68, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº...../....., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, incluindo o fornecimento de componentes, peças e combustível, visando à conservação e operação dos grupos motogeradores e nobreaks, pertencentes ao DETRAN-SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL DE MESES	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL (MENSAL)
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e componentes, para 3 (três) grupos de motogeradores localizados na Sede do Detran-SP	2356	mês	15		
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças,	2658	mês	15		

	<i>para 2 (dois) nobreaks localizados na Sede do Detran-SP</i>					
3	<i>Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 1 (um) nobreak localizado na Superintendência em São Paulo</i>	2658	mês	15		
4	<i>Fornecimento de óleo diesel tipo S500</i>	77915	124 litros/mês	15		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço unitário*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados do início da prestação do serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.*

2.1.2. *Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:*

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.1.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.*

2.1.4. *Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.*

2.1.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

2.1.7. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:*

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. *Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.* |

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato. |

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.* |

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).* |

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.* |

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 02/02/2026.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **15 (quinze) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. ***Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;***

8.1.12. ***Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;***

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes. |

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:*

Detran-SP	Edifício Boa Vista (Sede): Rua Boa Vista, nº 209 – Centro, São Paulo/ SP
	Edifício João Bricola (Sede): Rua João Bricola, nº 32 – Centro, São Paulo/ SP
	Edifício Cidade IV (Superintendência em São Paulo): Rua Boa Vista, nº 170 – 10º andar – Centro, São Paulo/ SP

9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de até 20 (vinte) quilômetros do local demandado.

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha

desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), nas modalidades conforme Termo de Referência, no valor de R\$ 29.101,41 (vinte e nove mil, cento e um reais e quarenta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.*

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.4. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.4.1. *prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;*

11.4.2. *multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e*

11.4.3. *obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.*

11.5. *Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:*

11.5.1. *Caso fortuito ou força maior;*

11.5.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*

11.5.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*

11.6. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.*

11.7. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.*

11.8. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

11.8.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

11.8.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

11.9. *A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.*

11.10. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

11.11. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

11.12. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*

11.13. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*

11.14. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;*

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;*

(5) *Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 2% a 6% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 2% a 6% do valor do Contrato;*

(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 2% a 6% do valor do Contrato.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)). |

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. [Gestão/Unidade: 532402](#)

II. [Fonte de Recursos: 150010001 - Tesouro](#)

III. [Programa de Trabalho: 04122530441960000](#)

IV. [Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ](#)

V. [Plano Interno: 04122530419600000 - Administração Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-SP](#);

VI. [Nota de Empenho:](#)

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- |

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA

Ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN – SP

Processo SEI nº 140.00729467/2025-14

Pregão Eletrônico nº

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL DE MESES	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL (MENSAL)
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças e componentes, para 3 (três) grupos de motogeradores localizados na Sede do Detran-SP	2356	mês	15		
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 2 (dois) nobreaks localizados na Sede do Detran-SP	2658	mês	15		
3	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, para 1 (um) nobreak localizado na Superintendência em São Paulo	2658	mês	15		
4	Fornecimento de óleo diesel tipo S500	77915	124 litros/mês	15		

Validade da proposta: 60 dias.

Orientações para envio de documentos quando solicitado:

Organização - Enviar os documentos na ordem prevista no edital, de forma clara e sequencial.

Formato - Preferencialmente, reunir todos os documentos em um único arquivo PDF.

PDF sem indexação - O arquivo não deve conter marcadores, hyperlinks internos ou indexação automática.

Pertinência - Enviar somente documentos relacionados à comprovação exigida. Evitar anexos desnecessários.

Conferência - A boa organização agiliza a análise e reduz necessidade de diligências.

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÕES

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

OU

[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

***MODELOS REFERENTES À
VISTORIA PRÉVIA***

ANEXO V.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VI

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS